



ITATIBA - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA -
SÃO PAULO - SP

Inspetor de Alunos

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

CÓD: SL-087MR-24
7908433272779

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	7
2. Sinônimos e antônimos; sentido próprio e figurado das palavras	14
3. Pontuação	16
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	18
5. Concordância verbal e nominal	27
6. Regência verbal e nominal	30
7. Colocação pronominal	34
8. Crase	35

Matemática

1. Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal	45
2. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum	46
3. Razão e proporção	47
4. Regra de três simples ou composta	49
5. Porcentagem	50
6. Equações do 1º ou do 2º grau	52
7. Sistema de equações do 1º grau	54
8. Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa	56
9. Relação entre grandezas: tabela ou gráfico	59
10. Tratamento da informação: média aritmética simples	63
11. Noções de geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de pitágoras ou de tales	64

Conhecimentos Específicos Inspetor de Alunos

1. Orientação à movimentação dos alunos	77
2. Orientação à manutenção da ordem e da observância das normas da escola	80
3. Atendimento a alunos em caso de necessidade	83
4. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e com colegas de trabalho	84
5. Relações interpessoais e ética no serviço público	87
6. Conhecimentos básicos da relação entre educação, escola e sociedade: concepções de educação e escola; função social da escola; educação inclusiva e compromisso ético e social do educador	88
7. Gestão democrática: a participação como princípio	104
8. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento integral do educando	111
9. Educar e cuidar: dimensões interdependentes na educação básica	115
10. Conhecimentos básicos sobre deficiências e a atuação adequada com a criança deficiente; recepção a alunos portadores de necessidades educacionais especiais, auxílio no transporte dos materiais e objetos pessoais	118

11. A escola inclusiva (ropoli, edilene aparecida); a educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva (mec. Seesp. Ufpe, 2010. Parte i).....	127
12. Valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais e o combate à desigualdade.....	131
13. A mediação na promoção da autonomia dos educandos, do reconhecimento e do respeito entre eles.....	131
14. Combate ao bullying (lei n 13.185/2015 – Institui o programa de combate à intimidação sistemática).....	132
15. Constituição federal/88: artigos 205 a 214; artigo 227. Lei federal no 8.069/1990 – Estatuto da criança e do adolescente: 15 a 18-a, 53 a 59. Lei federal no 9.394, De 20/12/96 – diretrizes e bases da educação nacional: artigos 1o , 2o e 3o ; 8o ao 14; 21 e 22; 29 a 34.....	133

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre

a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

— Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação

de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

– Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

– Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

MATEMÁTICA

RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA, ENVOLVENDO: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO OU RADICIAÇÃO COM NÚMEROS RACIONAIS, NAS SUAS REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA OU DECIMAL

A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. Neste contexto, a manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas. Vejamos alguns exemplos:

01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP) Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

$$\text{Por fim, a diferença é de: } 16000 - 10000 = 6000 \text{ litros}$$

Resposta: E.

02. (EBSERH/ HUSM/UFSM/RS – Analista Administrativo – AOC) Uma revista perdeu $\frac{1}{5}$ dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.

(D) 95.000.

(E) 100.000.

Resolução:

Observe que os 200.000 leitores representa o todo, daí devemos encontrar $\frac{1}{5}$ desses leitores, ou seja, encontrar $\frac{1}{5}$ de 200.000.

$$\frac{1}{5} \times 200.000 = \frac{1 \times 200.000}{5} = \frac{200.000}{5} = 40.000$$

Desta forma, 40000 representa a quantidade que essa revista perdeu

Resposta: A.

03. (PM/SP – Oficial Administrativo – VUNESP) Uma pessoa está montando um quebra-cabeça que possui, no total, 512 peças. No 1.º dia foram montados $\frac{5}{16}$ do número total de peças e, no 2.º dia foram montados $\frac{3}{8}$ do número de peças restantes. O número de peças que ainda precisam ser montadas para finalizar o quebra-cabeça é:

- (A) 190.
- (B) 200.
- (C) 210.
- (D) 220.
- (E) 230.

Resolução:

Neste exercício temos que 512 é o total de peças, e queremos encontrar a parte, portanto é a mesma forma de resolução do exercício anterior:

No 1.º dia foram montados $\frac{5}{16}$ do número total de peças Logo é $\frac{5}{16}$ de 512, ou seja:

$$\frac{5}{16} \times 512 = \frac{5 \times 512}{16} = \frac{2560}{16} = 160$$

Assim, 160 representa a quantidade de peças que foram montadas no primeiro dia. Para o segundo dia teremos $512 - 160 = 352$ peças restantes, então devemos encontrar $\frac{3}{8}$ de 352, que foi a quantidade montada no segundo dia.

$$\frac{3}{8} \times 352 = \frac{3 \times 352}{8} = \frac{1056}{8} = 132$$

Logo, para encontrar quantas peças ainda precisam ser montadas iremos fazer a subtração $352 - 132 = 220$.

Resposta: D.

04. (Pref. Maranguape/CE – Prof. de educação básica – Matemática – GR Consultoria e Assessoria) João gastou R\$ 23,00, equivalente a terça parte de $\frac{3}{5}$ de sua mesada. Desse modo, a metade do valor da mesada de João é igual a:

- (A) R\$ 57,50;
- (B) R\$ 115,00;
- (C) R\$ 172,50;
- (D) R\$ 68,50.

Resolução:

Vamos representar a mesada pela letra x.

Como ele gastou a terça parte (que seria $\frac{1}{3}$) de $\frac{3}{5}$ da mesada (que equivale a 23,00), podemos escrever da seguinte maneira:

$$\frac{1}{3} \cdot \frac{3}{5} x = \frac{x}{5} = 23 \rightarrow x = 23 \cdot 5 \rightarrow x = 115$$

Logo, a metade de 115 = $115/2 = 57,50$

Resposta: A.

05. (FINEP – Assistente – CESGRANRIO) Certa praça tem 720 m² de área. Nessa praça será construído um chafariz que ocupará 600 dm².

Que fração da área da praça será ocupada pelo chafariz?

- (A) 1/600
- (B) 1/120
- (C) 1/90
- (D) 1/60
- (E) 1/12

Resolução:

$$600 \text{ dm}^2 = 6 \text{ m}^2$$

$$\frac{6}{720} : \frac{6}{6} = \frac{1}{120}$$

Resposta: B.

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM

MÁXIMO DIVISOR COMUM

O máximo divisor comum de dois ou mais números naturais não nulos é o maior divisor comum desses números. Esse conceito é útil em situações onde queremos dividir ou agrupar quantidades da maior forma possível, sem deixar restos.

Passos para Calcular o MDC:

- Identifique todos os fatores primos comuns entre os números.
- Se houver mais de um fator comum, multiplique-os, usando o menor expoente de cada fator.
- Se houver apenas um fator comum, esse fator será o próprio MDC.

Exemplo 1: Calcule o MDC entre 15 e 24.

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

15	3	24	2
5	5	12	2
1		6	2
		3	3
		1	

então

$$15 = 3 \cdot 5$$

$$24 = 2^3 \cdot 3$$

O único fator comum entre eles é o 3, e ele aparece com o expoente 1 em ambos os números.

Portanto, o $MDC(15,24) = 3$

Exemplo 2: Calcule o MDC entre 36 e 60

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

36	3	60	2
12	3	30	2
4	2	15	3
2	2	5	5
1		1	

então

$$36 = 2^2 \cdot 3^2$$

$$60 = 2^2 \cdot 3 \cdot 5$$

Os fatores comuns entre eles são 2 e 3. Para o fator 2, o menor expoente é 2 e para o fator 3, o menor expoente é 1.

Portanto, o $MDC(36,60) = 2^2 \cdot 3^1 = 4 \cdot 3 = 12$

Exemplo 3: CEBRASPE - 2011

O piso de uma sala retangular, medindo 3,52 m x 4,16 m, será revestido com ladrilhos quadrados, de mesma dimensão, inteiros, de forma que não fique espaço vazio entre ladrilhos vizinhos. Os ladrilhos serão escolhidos de modo que tenham a maior dimensão possível. Na situação apresentada, o lado do ladrilho deverá medir

- (A) mais de 30 cm.
- (B) menos de 15 cm.
- (C) mais de 15 cm e menos de 20 cm.
- (D) mais de 20 cm e menos de 25 cm.
- (E) mais de 25 cm e menos de 30 cm.

As respostas estão em centímetros, então vamos converter as dimensões dessa sala para centímetros:

$$3,52\text{m} = 3,52 \times 100 = 352\text{cm}$$

$$4,16\text{m} = 4,16 \times 100 = 416\text{cm}$$

Agora, para os ladrilhos quadrados se encaixarem perfeitamente nessa sala retangular, a medida do lado do ladrilho quadrado deverá ser um divisor comum de 352 e 416, que são as dimensões dessa sala. Mas, como queremos que os ladrilhos tenham a maior dimensão possível, a medida do seu lado deverá ser o maior divisor comum (MDC) de 352 e 416

352	2	416	2
176	2	208	2
88	2	104	2
44	2	52	2
22	2	26	2
11	11	13	13
1		1	

O único fator comum entre eles é o 2, e ele aparece com o expoente 5 em ambos os números.

Portanto, o $MDC(352, 416) = 2^5 = 32$.

Resposta: Alternativa A.

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

O mínimo múltiplo comum (MMC) de dois ou mais números é o menor número, diferente de zero, que é múltiplo comum desses números. Esse conceito é útil em situações onde queremos encontrar a menor quantidade comum possível que possa ser dividida por ambos os números sem deixar restos.

Passos para Calcular o MMC:

– Decompor os números em fatores primos.

– Multiplicar os fatores comuns e não comuns, utilizando o maior expoente de cada fator.

Exemplo 1: Calcule o MMC entre 15 e 24.

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

15 , 24	2
15 , 12	2
15 , 6	2
15 , 3	3
5 , 1	5
1	

Para o mmc, fica mais fácil decompor os dois números juntos, iniciando a divisão pelo menor número primo e aplicando-o aos dois números, mesmo que apenas um seja divisível por ele. Observe que enquanto o 15 não pode ser dividido, continua aparecendo.

Os fatores primos são: $2^3, 3$ e 5 .

Portanto, o $MMC(15,24) = 2^3 \cdot 3 \cdot 5 = 8 \cdot 3 \cdot 5 = 120$

Exemplo 2: Calcule o MMC entre 6, 8 e 14.

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

6 , 8 , 14	2
3 , 4 , 7	2
3 , 2 , 7	2
3 , 1 , 7	3
1 , 1 , 7	7
1	

Os fatores primos são: $2^3, 3$ e 7 .

Portanto, o $MMC(6, 8, 14) = 2^3 \cdot 3 \cdot 7 = 8 \cdot 3 \cdot 7 = 168$

Exemplo 3: VUNESP - 2016

No aeroporto de uma pequena cidade chegam aviões de três companhias aéreas. Os aviões da companhia A chegam a cada 20 minutos, da companhia B a cada 30 minutos e da companhia C a cada 44 minutos. Em um domingo, às 7 horas, chegaram aviões das três companhias ao mesmo tempo, situação que voltará a se repetir, nesse mesmo dia, às

(A) 17h 30min.

(B) 16h 30min.

(C) 17 horas.

(D) 18 horas.

(E) 18h 30min.

Para encontrar o próximo momento em que os aviões das três companhias voltarão a chegar juntos, precisamos calcular o mínimo múltiplo comum dos intervalos de chegada: 20, 30 e 44 minutos.

20 , 30 , 44	2
10 , 15 , 22	2
5 , 15 , 11	3
5 , 5 , 11	5
1 , 1 , 11	11
1	

Os fatores primos são: $2^2, 3, 5$ e 11 .

Portanto, o $MMC(20,30,44) = 2^2 \cdot 3 \cdot 5 \cdot 11 = 660$

Encontramos a resposta em minutos: 660 minutos. No entanto, como queremos saber o horário exato em que os aviões voltarão a se encontrar, precisamos converter esse valor para horas. Sabemos que 1 hora equivale a 60 minutos. Então

$$660 / 60 = 11 \text{ horas}$$

Os aviões das três companhias voltarão a chegar juntos após 11 horas. Como o primeiro encontro ocorreu às 7 horas, basta somar 11 horas para encontrar o próximo horário de chegada conjunta:

$$11 + 7 = 18 \text{ horas}$$

Resposta: Alternativa D.

RAZÃO E PROPORÇÃO

Frequentemente nos deparamos com situações em que é necessário comparar grandezas, medir variações e entender como determinadas quantidades se relacionam entre si. Para isso, utilizamos os conceitos de razão e proporção, que permitem expressar de maneira simples e eficiente essas relações.

RAZÃO

A razão é uma maneira de comparar duas grandezas por meio de uma divisão. Se temos dois números a e b (com $b \neq 0$), a razão entre eles é expressa por a/b ou $a:b$. Este conceito é utiliza-

do para medir a relação entre dois valores em diversas situações, como a comparação entre homens e mulheres em uma sala, a relação entre distâncias percorridas e tempo, entre outros.

Exemplo:

Em uma sala de aula há 20 rapazes e 25 moças. A razão entre o número de rapazes e moças é dada por:

$$\frac{20}{25} = \frac{4}{5}$$

Portanto, a razão é 4:5.

Razões Especiais

Algumas razões são usadas em situações práticas para expressar comparações específicas:

– **Velocidade Média:** A razão entre a distância percorrida e o tempo gasto, representada por:

$$\text{Velocidade Média} = \frac{\text{Distância}}{\text{Tempo}}$$

– **Densidade Demográfica:** A razão entre o número de habitantes e a área de uma região, dada por:

$$\text{Densidade Demográfica} = \frac{\text{População}}{\text{Área (km}^2\text{)}}$$

– **Escalas:** Usada para representar a proporção entre o tamanho real de um objeto e sua representação em um mapa ou desenho, como:

$$\text{Escala} = \frac{\text{Tamanho no mapa}}{\text{Tamanho real}}$$

PROPORÇÃO

Uma proporção é uma igualdade entre duas razões. Se temos duas razões A/B e C/D , dizemos que elas estão em proporção se:

$$\frac{A}{B} = \frac{C}{D}$$

Esse conceito é frequentemente utilizado para resolver problemas em que duas ou mais relações entre grandezas são iguais. A propriedade fundamental das proporções é que o produto dos extremos é igual ao produto dos meios, ou seja:

$$A \times D = B \times C$$

Exemplo:

Suponha que $3/4$ esteja em proporção com $6/8$. Verificamos se há proporção pelo produto dos extremos e dos meios:

$$3 \times 8 = 4 \times 6$$

Como $24 = 24$, a proporção é verdadeira.

Exemplo:

Determine o valor de X para que a razão $X/3$ esteja em proporção com $4/6$. Montando a proporção:

$$\frac{X}{3} = \frac{4}{6}$$

Multiplicando os extremos e os meios:

$$6X = 3 \times 4$$

$$6X = 12$$

$$X = 2$$

Propriedades das Proporções

Além da propriedade fundamental, as proporções possuem outras propriedades que podem facilitar a resolução de problemas. Algumas das mais importantes são:

– **Soma ou diferença dos termos:** A soma (ou diferença) dos dois primeiros termos está para o primeiro (ou segundo) termo assim como a soma (ou diferença) dos dois últimos termos está para o terceiro (ou quarto) termo. Por exemplo:

$$\frac{A + B}{B} = \frac{C + D}{D}$$

– **Soma ou diferença dos antecedentes e consequentes:** A soma (ou diferença) dos antecedentes está para a soma (ou diferença) dos consequentes, assim como cada antecedente está para seu respectivo consequente:

$$\frac{A + C}{B + D} = \frac{A}{B}$$

GRANDEZAS PROPORCIONAIS

Além de compreender razão e proporção, é importante entender como diferentes grandezas se relacionam entre si, conforme o comportamento das variáveis envolvidas.

Grandezas Diretamente Proporcionais

Dois grandezas são diretamente proporcionais quando a razão entre seus valores é constante, ou seja, quando uma grandeza aumenta, a outra também aumenta proporcionalmente. O exemplo clássico é a relação entre distância percorrida e combustível gasto:

Distância (km)	Combustível (litros)
13	1
26	2
39	3
52	4

Nessa situação, quanto mais distância se percorre, mais combustível é gasto. Se a distância dobra, o combustível também dobra.

Inspetor de Alunos

ORIENTAÇÃO À MOVIMENTAÇÃO DOS ALUNOS

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO

A organização do espaço físico na escola vai muito além da simples disposição de móveis ou definição de ambientes. Trata-se de uma ação intencional e pedagógica, que visa não apenas facilitar o deslocamento seguro dos alunos, mas também favorecer sua autonomia, convivência social e aprendizado. O espaço escolar, quando planejado de forma estratégica, torna-se um instrumento essencial para o desenvolvimento da cultura organizacional da escola e para a promoção de valores como respeito, responsabilidade e cooperação.

O ponto de partida para pensar o espaço físico como instrumento pedagógico está no planejamento adequado dos fluxos de circulação. A forma como os alunos se deslocam dentro da escola — seja entre as salas de aula, para o recreio, refeitório, biblioteca ou banheiro — deve ser orientada de maneira clara, com caminhos bem definidos que evitem aglomerações, choques e dispersões. Para isso, é fundamental o mapeamento das rotas de maior circulação e a adoção de medidas que garantam fluidez, segurança e acessibilidade. As entradas e saídas devem contar com sinalização clara, supervisão e, sempre que possível, escalonamento de horários, especialmente em escolas com grande número de alunos.

A disposição dos ambientes internos, por sua vez, deve contemplar a lógica da rotina escolar. A proximidade entre espaços relacionados — por exemplo, entre sala de aula e biblioteca ou sala de leitura — pode otimizar o tempo e minimizar deslocamentos desnecessários. O uso de corredores largos, espaços multifuncionais e áreas abertas também colabora para uma movimentação mais tranquila, ao mesmo tempo em que estimula a interação entre os alunos de maneira ordenada. Um exemplo prático é a criação de “zonas de circulação” com marcações no chão que delimitam sentidos de fluxo, inspiradas em práticas de organização urbana, que já têm sido implementadas com sucesso em muitas instituições de ensino.

Além disso, a organização do espaço físico deve favorecer a autonomia dos alunos. Isso significa criar ambientes que sejam compreensíveis e utilizáveis por eles de forma independente, conforme sua faixa etária. Para as turmas da educação infantil, por exemplo, é essencial que os espaços tenham mobiliário adequado à estatura dos pequenos, banheiros acessíveis e elementos visuais que facilitem a orientação espacial. Já para o ensino fundamental, é possível utilizar recursos como mapas da

escola, painéis explicativos e projetos integrados de orientação, que incentivam os alunos a se localizar e se deslocar com mais confiança e responsabilidade.

Outro ponto importante está relacionado ao ambiente escolar como promotor de segurança. Um espaço bem planejado reduz riscos de acidentes e favorece a prevenção de comportamentos inadequados. A visibilidade é um fator determinante: ambientes abertos e bem iluminados permitem que professores e demais profissionais acompanhem com mais facilidade o comportamento dos alunos durante os deslocamentos. Nesse sentido, o layout das salas, corredores e áreas externas precisa considerar ângulos de visão, evitando “pontos cegos” que dificultem o monitoramento.

Vale destacar também o papel da sinalização visual como recurso pedagógico. O uso de placas, cores, ícones e murais informativos auxilia os estudantes na leitura do ambiente e na assimilação de regras de convivência. Além de orientarem os caminhos, esses elementos podem servir de apoio a projetos transversais, como campanhas de sustentabilidade, cidadania e respeito à diversidade. A sinalização pode ser integrada ao currículo por meio de atividades práticas, como os próprios alunos construírem cartazes, mapas e indicadores, fortalecendo seu vínculo com o espaço escolar.

Por fim, a organização do espaço físico precisa ser constantemente avaliada e, se necessário, reconfigurada. A escola é um ambiente dinâmico, sujeito a mudanças de público, rotinas e demandas pedagógicas. Por isso, é fundamental que a gestão escolar mantenha um olhar atento à funcionalidade dos ambientes, ouvindo professores, alunos e demais membros da comunidade escolar. A gestão participativa nesse processo reforça o sentimento de pertencimento e colabora para a construção de uma escola mais acolhedora, eficiente e educativa.

Assim, compreende-se que a movimentação dos alunos não deve ser vista como um simples deslocamento físico, mas como parte essencial da proposta pedagógica da escola. Um espaço físico bem planejado educa, organiza e potencializa a convivência. Ele traduz, em sua arquitetura e funcionalidade, os princípios e valores que a escola deseja promover — e por isso deve ser pensado com o mesmo cuidado que se dedica ao planejamento curricular.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ORIENTAR A MOVIMENTAÇÃO DOS ALUNOS

A movimentação dos alunos no ambiente escolar deve ser compreendida como um comportamento que pode e deve ser ensinado, internalizado e aprimorado ao longo da convivência escolar. Assim como se ensina a ler, escrever e resolver problemas matemáticos, também se deve ensinar os estudantes a se deslocarem de forma segura, respeitosa e consciente pelos diversos espaços da escola. Para isso, o uso de estratégias pedagógicas eficazes é indispensável, uma vez que garantem não apenas a organização do ambiente, mas também promovem valores essenciais à formação integral dos alunos.

A primeira estratégia fundamental é o estabelecimento de regras claras e rotinas bem definidas. As normas de deslocamento devem ser construídas com os alunos, apresentadas de maneira compreensível e reforçadas constantemente. Isso inclui combinar horários, sentidos de circulação, modos de caminhar, limites de velocidade, uso adequado de escadas e respeito aos demais colegas e funcionários. O objetivo não é apenas impor regras, mas garantir que os estudantes compreendam o sentido de cada orientação e passem a agir com consciência, mesmo na ausência de um adulto supervisionando. A rotina, quando bem estruturada, reduz a ansiedade dos alunos e contribui para a fluidez dos momentos de transição, como entradas, saídas, troca de aulas e ida ao recreio.

Outra estratégia eficiente é a utilização de sinalização visual combinada com comunicados orais, especialmente em instituições com grande número de alunos ou faixas etárias variadas. Cores no chão indicando sentido de fluxo, setas nas paredes, placas informativas e murais pedagógicos são recursos simples, porém poderosos, que ajudam na orientação espacial dos alunos. Tais sinais devem ser planejados em conjunto com o projeto pedagógico da escola e podem até ser integrados a atividades curriculares.

Por exemplo, em aulas de artes ou geografia, os alunos podem colaborar na criação dos mapas da escola ou na elaboração de cartazes que orientem sobre o comportamento nos corredores. O uso simultâneo de comunicados orais pelos professores e funcionários reforça essas sinalizações e promove uma comunicação coerente e contínua.

É igualmente relevante o envolvimento ativo dos alunos no processo de organização da movimentação escolar. Estratégias como assembleias de classe, conselhos mirins, projetos de mediação de conflitos e patrulhas escolares fortalecem o protagonismo infantojuvenil e permitem que os próprios alunos proponham soluções para os problemas de convivência, incluindo os que envolvem deslocamentos desordenados. Quando se sentem parte do processo, os estudantes tendem a respeitar mais as normas e a colaborar entre si. Além disso, as práticas de responsabilização e autocontrole ganham um caráter educativo, e não meramente punitivo.

Outro ponto importante é a diversificação das estratégias conforme a faixa etária dos alunos. Crianças da educação infantil, por exemplo, necessitam de estratégias lúdicas, com o uso de músicas, brincadeiras de imitação (como o “trem da fila”) e personagens que ajudem a assimilar o comportamento esperado. Já os alunos do ensino fundamental podem ser desafiados por meio de jogos cooperativos, dinâmicas de grupo e metas coletivas de convivência positiva, enquanto os adolescentes

podem participar de debates e projetos interdisciplinares que abordem o uso do espaço público e privado, respeito ao coletivo e noções de ética na convivência.

Ainda no âmbito pedagógico, é interessante que a movimentação dos alunos seja tratada como tema transversal no currículo escolar. Ela pode ser explorada em diferentes componentes curriculares, como nas ciências humanas (regras de convivência, cidadania, urbanidade), na educação física (uso do corpo no espaço, coordenação e controle motor), na matemática (noções de espaço, medidas, deslocamento), entre outros. Dessa forma, os alunos desenvolvem habilidades cognitivas e socioemocionais relacionadas à organização, ao respeito mútuo e ao uso adequado dos espaços comuns.

Por fim, é essencial que a escola como um todo esteja alinhada quanto às condutas esperadas e às estratégias adotadas. Isso inclui reuniões pedagógicas, formação continuada e a elaboração de um regimento ou manual de convivência que explicita, de forma objetiva, as normas relacionadas à movimentação. A coerência na aplicação das regras, o exemplo dado pelos adultos e o reforço positivo são fatores-chave para o sucesso dessas estratégias. Quando toda a equipe escolar atua em sintonia, o ambiente se torna mais acolhedor, organizado e propício ao desenvolvimento integral dos alunos.

Portanto, orientar a movimentação dos alunos vai muito além de controlar filas ou manter o silêncio nos corredores. Trata-se de uma prática pedagógica contínua, que exige planejamento, criatividade, diálogo e, sobretudo, compromisso com a formação cidadã dos estudantes. Estratégias bem implementadas fazem da movimentação um momento de aprendizado, respeito e convivência, contribuindo para a construção de uma cultura escolar mais humana, democrática e eficiente.

A ATUAÇÃO DO CORPO DOCENTE E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

A orientação eficaz da movimentação dos alunos no ambiente escolar depende diretamente do engajamento de todos os profissionais da escola, especialmente do corpo docente, da equipe gestora e dos colaboradores do apoio pedagógico e operacional. A construção de uma cultura de circulação organizada, segura e educativa exige uma atuação conjunta, coordenada e intencional, em que cada agente escolar compreenda sua responsabilidade no processo e atue de forma coerente com as diretrizes institucionais.

O papel do professor vai além da sala de aula. Ele é figura de referência para os alunos em todas as situações escolares, inclusive nos deslocamentos. Sua presença e postura durante os momentos de transição — entrada e saída, trocas de aula, ida ao pátio ou à biblioteca, por exemplo — servem como modelo de comportamento. O professor deve atuar como orientador ativo, reforçando rotinas previamente combinadas, acompanhando os alunos durante o deslocamento quando necessário e intervindo de forma pedagógica diante de comportamentos inadequados. Mais do que corrigir, é essencial que o docente eduque: explique, converse, escute e proponha alternativas de conduta mais adequadas.

Para que essa atuação seja eficaz, é necessário que o professor tenha clareza das normas institucionais relacionadas à movimentação dos alunos. Isso inclui conhecer as regras internas, as rotas preestabelecidas, os horários de circulação, as sinalizações utilizadas e os procedimentos em caso de conflitos

ou acidentes. Essa clareza é resultado de um trabalho coletivo, que envolve planejamento da equipe pedagógica e participação dos docentes em momentos de formação e alinhamento de condutas. A falta de uniformidade nas ações de diferentes profissionais pode gerar confusão nos alunos, minando a autoridade educativa da escola. Por isso, investir em reuniões pedagógicas que abordem especificamente esse tema é uma medida preventiva e formativa importante.

A equipe gestora também possui papel estratégico nesse processo. Cabe à direção e à coordenação pedagógica promover o planejamento global dos fluxos de movimentação da escola, com base nas características do prédio, na rotina dos alunos e nas demandas do corpo docente. Além disso, é responsabilidade da gestão garantir que os profissionais estejam capacitados e que os recursos materiais (sinalizações, cartazes, horários impressos) estejam disponíveis e atualizados. Outro aspecto importante é a mediação de conflitos que possam surgir durante os deslocamentos — quando bem conduzida, a atuação da gestão nesses momentos reforça o clima de confiança e autoridade pedagógica da escola.

Os demais profissionais, como inspetores, auxiliares de sala, monitores de pátio, porteiros e funcionários da limpeza, também desempenham um papel fundamental na orientação e acompanhamento da movimentação dos alunos. Muitas vezes, são esses colaboradores que estão mais próximos das áreas de circulação e que primeiro percebem comportamentos de risco, desorganizações ou situações de conflito. Por isso, é imprescindível incluí-los nas formações e reuniões que tratam das práticas de convivência e deslocamento. Sua atuação deve ser pautada no diálogo respeitoso com os alunos, no acolhimento e na promoção de uma cultura de cuidado coletivo. A integração entre esses profissionais e os docentes fortalece a rede de apoio escolar e amplia a capacidade da escola de garantir ambientes organizados e seguros.

Outro ponto a ser considerado é a importância do exemplo. A coerência entre o discurso e a prática dos adultos é um dos fatores mais influentes no comportamento dos estudantes. Professores e demais profissionais devem, eles mesmos, respeitar os espaços comuns, utilizar os caminhos corretos, falar em tom adequado e evitar atitudes que contrariem as normas estabelecidas. A autoridade pedagógica se constrói também pela prática cotidiana, e não apenas pela imposição de regras. A escola que deseja formar alunos responsáveis precisa, antes, formar adultos conscientes do seu papel formativo.

Por fim, é preciso compreender que orientar a movimentação dos alunos não é tarefa de um único setor ou de um profissional isolado. Trata-se de um trabalho coletivo, que exige planejamento, comunicação constante, postura educativa e, acima de tudo, uma visão ampliada sobre o papel da escola como espaço de formação integral. A ação coordenada entre professores, gestores e funcionários permite a construção de ambientes escolares mais saudáveis, onde o deslocamento dos alunos se dá de maneira fluida, respeitosa e educativa.

Em resumo, a atuação do corpo docente e dos demais profissionais da escola é peça-chave para o sucesso das estratégias de organização da movimentação. Quando todos compreendem seu papel e atuam de forma integrada, o ambiente escolar ganha em segurança, bem-estar e qualidade das relações — fatores indispensáveis para a promoção de uma educação humanizada e eficaz.

A MOVIMENTAÇÃO COMO OPORTUNIDADE DE APRENDIZAGEM

A movimentação dos alunos dentro da escola, quando bem orientada e pensada sob uma perspectiva pedagógica, pode se transformar em uma rica oportunidade de aprendizagem. Longe de ser vista apenas como um momento de transição entre as atividades formais de ensino, a circulação no espaço escolar revela-se como um contexto privilegiado para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, práticas de convivência democrática, exercício da autonomia e fortalecimento do senso de responsabilidade. Nesse sentido, cada deslocamento pode ser um ato educativo, desde que inserido em uma cultura institucional que compreende a escola como um espaço de formação integral.

Em primeiro lugar, é importante destacar que a movimentação escolar está diretamente relacionada ao exercício da convivência social. Ao se deslocar pelos corredores, escadas, pátios ou outros ambientes comuns, o aluno está constantemente interagindo com colegas, professores e demais membros da comunidade escolar. Nessas interações, surgem situações espontâneas de conflito, cooperação, espera, escuta, negociação e respeito mútuo. Esses momentos, se acompanhados de orientação adequada, representam situações reais de aprendizagem ética e cidadã. Por exemplo, quando um aluno aprende a esperar sua vez na fila do refeitório ou a ceder passagem para um colega menor, está internalizando valores de empatia e respeito ao outro.

Além disso, a circulação pelo espaço contribui para o desenvolvimento da autonomia. Organizar-se para sair da sala de aula, encontrar o local de uma atividade, retornar ao ponto de origem, cumprir horários e seguir rotas estabelecidas são ações que exigem planejamento, atenção e autorregulação. Quando a escola permite — com segurança e supervisão — que os alunos tenham liberdade para se movimentar dentro de regras claras, ela estimula a construção de um senso de responsabilidade pessoal. O aluno deixa de agir apenas por obediência externa e passa a se autorregular a partir da compreensão do funcionamento coletivo e das consequências de seus atos.

Essa lógica pedagógica também fortalece o conceito de disciplina consciente, que difere da disciplina punitiva e autoritária. Quando o estudante entende que o modo como se movimenta interfere no bem-estar de todos e que ele próprio é agente na construção de um ambiente mais organizado, tende a se comprometer de forma mais ativa com o cumprimento das normas. Isso é particularmente importante na formação de cidadãos críticos, que não apenas obedecem, mas compreendem e problematizam as regras de convivência — uma habilidade essencial para a vida em sociedade.

Outro aspecto que merece destaque é a possibilidade de integrar a movimentação dos alunos aos conteúdos curriculares e projetos interdisciplinares. A escola pode utilizar os espaços de circulação como ambientes de aprendizagem ativa. Por exemplo:

- Projetos de matemática que envolvam medidas e localização espacial dentro do prédio escolar;
- Aulas de ciências com percursos de observação da fauna e flora no entorno da escola;
- Atividades de educação física que aproveitem a movimentação nos pátios para trabalhar coordenação motora, orientação espacial e regras de jogo;

▪ Campanhas educativas com murais e intervenções artísticas nos corredores sobre temas como meio ambiente, diversidade, respeito e direitos humanos.

Além disso, os próprios deslocamentos podem ser utilizados para reflexões pedagógicas em momentos de mediação e conversa. Um aluno que corre nos corredores, por exemplo, pode ser convidado a refletir sobre os riscos envolvidos, em vez de receber apenas uma advertência. A movimentação torna-se, assim, uma situação concreta para exercitar o diálogo, a empatia e a resolução de conflitos. Essa abordagem educativa humaniza a relação entre adultos e estudantes, contribuindo para uma escola mais democrática.

É fundamental também considerar o potencial da movimentação para o desenvolvimento psicomotor, sobretudo na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental. Nessas etapas, o deslocamento pelo espaço é essencial para o desenvolvimento da lateralidade, do equilíbrio, da orientação no tempo e no espaço e da construção da imagem corporal. Professores e profissionais da escola devem planejar atividades que utilizem os deslocamentos como parte das vivências motoras, respeitando o ritmo e as necessidades das crianças.

Por fim, cabe ressaltar que transformar a movimentação em oportunidade de aprendizagem exige intencionalidade pedagógica, escuta ativa e coerência institucional. Não basta permitir que os alunos se movimentem com liberdade; é preciso ensinar o que fazer com essa liberdade. Isso implica um olhar atento para os deslocamentos, intervenções educativas contínuas e uma cultura escolar que valorize os pequenos gestos como parte da formação do sujeito.

Em síntese, a movimentação dos alunos não deve ser percebida como um momento de desorganização ou “tempo morto” entre aulas. Ela é, na verdade, um espaço privilegiado para ensinar e aprender. Quando bem conduzida, a circulação no ambiente escolar se transforma em um instrumento poderoso de construção da cidadania, do respeito, da autonomia e da aprendizagem significativa — valores que ultrapassam os muros da escola e acompanham o aluno ao longo de toda a vida.

ORIENTAÇÃO À MANUTENÇÃO DA ORDEM E DA OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DA ESCOLA

A FUNÇÃO DAS NORMAS ESCOLARES NO PROCESSO EDUCATIVO

As normas escolares ocupam papel central no cotidiano das instituições de ensino, muito além de simples mecanismos de controle ou repressão. Quando bem elaboradas e coerentemente aplicadas, constituem importantes ferramentas pedagógicas que favorecem a convivência harmoniosa, o desenvolvimento da autonomia e a formação ética dos estudantes. No contexto educativo, as normas não devem ser vistas como imposições arbitrarias, mas como referências coletivas que orientam o agir, o pensar e o conviver.

Para compreender sua função, é preciso reconhecer que a escola é, por excelência, um espaço social de formação. Nela, os alunos aprendem não apenas conteúdos curriculares, mas também valores, posturas, atitudes e formas de se relacionar com o outro e com o mundo. Nesse processo, as regras escolares operam como balizadores do comportamento

esperado, funcionando como marcos de orientação para a vida em sociedade. Ao respeitar uma norma, o estudante exercita o autocontrole, a empatia, a responsabilidade e a noção de limite — competências fundamentais para a vida coletiva.

É importante destacar que normas escolares não são fins em si mesmas. Elas existem para viabilizar os objetivos pedagógicos da escola, garantir o bom funcionamento institucional e preservar o direito de todos à aprendizagem. Por isso, precisam ser construídas com clareza, legitimidade e finalidade educativa. A norma bem elaborada é aquela que:

- tem um propósito compreensível e coerente com os valores formativos da escola;
- é comunicada de forma clara e acessível a toda a comunidade escolar;
- é aplicada de maneira justa, consistente e proporcional;
- abre espaço para o diálogo e a reflexão sobre seus fundamentos.

Nesse sentido, a construção coletiva das normas, com a participação de alunos, professores e demais membros da comunidade escolar, é uma estratégia valiosa. Essa participação amplia a compreensão das regras e fortalece o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade. A criação de contratos pedagógicos, assembleias escolares e conselhos de classe participativos são exemplos de práticas que favorecem essa construção democrática e colaborativa do regimento institucional.

Outro ponto relevante é a distinção entre normas autoritárias e normas educativas. As normas autoritárias são aquelas impostas de forma unilateral, com base apenas na obediência cega e sem espaço para questionamento. Elas tendem a gerar resistência, desmotivação e comportamentos de oposição. Já as normas educativas são aquelas fundadas em princípios pedagógicos, que valorizam o diálogo, o respeito mútuo e a construção da consciência crítica. Elas não apenas orientam condutas, mas também ensinam valores.

Cabe lembrar que o papel das normas não é evitar todos os conflitos — estes são, inclusive, inevitáveis em qualquer espaço coletivo. Seu objetivo é oferecer referências claras para a mediação e resolução desses conflitos de forma construtiva, evitando arbitrariedades e injustiças. Um sistema normativo saudável contribui para que os estudantes compreendam as consequências de seus atos, reflitam sobre eles e possam, com apoio pedagógico, rever suas posturas e atitudes.

A coerência entre discurso institucional e prática cotidiana também é um aspecto essencial. A escola que prega valores como respeito, diálogo e inclusão, mas adota normas punitivistas, incoerentes ou discriminatórias, transmite mensagens contraditórias que comprometem a eficácia educativa das regras. Assim, as normas devem estar alinhadas com o projeto político-pedagógico da instituição, refletindo os princípios éticos e educativos que orientam sua missão formadora.

Por fim, é importante reconhecer que o processo de internalização das normas é gradual. Exige tempo, paciência, escuta e acompanhamento por parte dos educadores. A simples imposição de regras, sem compreensão nem vínculo, raramente gera adesão genuína. Ao contrário, o trabalho pedagógico consistente, baseado em diálogo e confiança, tende a consolidar